

Opinião Livre

Junho de 2013 no Brasil: a farsa perdeu a graça. E agora?

Ivandro da Costa Sales*

Um chamado despretenhoso de uns jovens, reivindicando passe livre nos transportes urbanos, acendeu um fósforo num caminho de pólvora no mapa do Brasil. Que surpresa, que alegria, que medo, quantas interpretações! Que lições tirar dos acontecimentos?

Durante as manifestações, algumas perguntas me inquietavam: quem está convocando, ao mesmo tempo, tantas manifestações pelo Brasil? Que poder é esse? Quem define os trajetos? Em que momento tamanha multidão vai se dispersar? Por que essa raiva com relação a partidos políticos, centrais sindicais, bancos e grande mídia representada pela Rede Globo? Por que os meios de comunicação começaram condenando as manifestações, identificando-as com bagunça, ação de vândalos, e que, horas depois, as adotam e as consideram como a voz do povo, poder das ruas, desaprovação do governo? Por que os políticos profissionais desapareceram das ruas e dos meios de comunicação?

Enquanto eu me perguntava, algumas respostas que, há certo tempo, vinham sendo gestadas, pediram para serem organizadas e tornadas públicas e é o que tentarei fazer.

Tenho para mim que só consegue mobilizar quem conseguir tocar em interesses, desejos, sonhos, direitos (conscientes ou subconscientes). Eu me perguntava: que áreas da razão, da emoção, do desejo, do consciente ou do inconsciente foram estimuladas pelo povo na rua? De que falam naquele momento as faixas, as aclamações e as vaias?

Artigo
Recebido: 22/06//2013
Aprovado: 30/06/2013

Falam explicitamente do preço exorbitante das passagens para os trabalhadores pobres das grandes cidades; do sofrimento nos péssimos transportes urbanos; da insegurança na iminência, previsão e efetivação dos furtos e assaltos; da impunidade aos pequenos e grandes crimes; do repúdio à corrupção que contamina as relações das pessoas, servidores, religiosos, políticos; da aceitação/rejeição às organizações trabalhistas, políticas e culturais atuantes no País. E de muita coisa indefinida da ordem do desejo.

Tudo indica, entretanto, que eram manifestações imediatas de um senso comum que por definição é pouco profundo, obscuro, incoerente e até contraditório.

Julgo que Antônio Gramsci¹, por tudo que passou e refletiu, e a quem tanto prezo, está autorizado a nos ajudar a pensar este momento do Brasil. Ele pede que estejamos atentos a aprofundar o que de bom senso sempre existe no senso comum, ambíguo, confuso, obscuro e pouco coerente. Para Gramsci, o bom senso, ou sabedoria, seria o senso comum mais apurado, um modo de sentir, pensar, querer, se expressar e agir mais coerente e mais profundo. Não se trataria de verdade ou certezas, mas de reflexão e aprofundamento.

1 Gramsci, autor italiano viveu intensamente o fascismo italiano e o período stalinista na União Soviética. De 1926 a 1936 ele passou dez anos nas prisões fascistas da Itália pensando em qual seria uma prática política adequada ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e das tentativas do construção do socialismo.

2 Como lamento o desconhecimento das obras de Marx por parte dos intelectuais que tentam analisar a realidade social e política do Brasil e as atuais manifestações de rua. Lamento sobretudo o desconhecimento de O Capital, do Dezoito Brumário de Luis Bonaparte e sobretudo da Guerra Civil na França.

Que sabedoria existiria nas atuais manifestações do senso comum brasileiro? Suponho e creio que se estava exigindo a realização de direitos, interesses, desejos e sonhos os mais variados, alguns gritados, outros ainda adormecidos.

Eu organizaria assim esses direitos, interesses, desejos e sonhos: desenvolvimento de potencialidades físicas, biológicas, intelectuais, afetivas, artísticas, religiosas, ambientais (desenvolvimento que se realizaria pelo trabalho, pela aprendizagem profissional e por uma educação escolar de boa qualidade); reposição de energias desgastadas no trabalho, no desemprego, no subemprego e, sobretudo, na falta de perspectiva de trabalho (reposição que seria realizada por bons e acessíveis serviços de transportes públicos, saúde, educação, capacitação profissional, habitação, segurança, lazer); consideração e aprofundamento da cultura ou dos modos de sentir, pensar, querer, se expressar e agir das pessoas e grupos sociais; afeto, cuidados, amor; ter o que dizer sobre tudo o que diz respeito à própria vida e à vida da sociedade.

Inspirado em Gramsci e Marx², me limitarei a tentar interpretar esse desejo/sonho de exercer poder sobre o próprio destino e os destinos da sociedade, algo insistentemente lembrado nas ruas deste País.

Confesso que me dava tristeza e um sentimento confuso ao ver e ouvir os xingamentos a alguns políticos e representantes de organizações da sociedade civil presentes nas manifestações, eles que estavam ali justamente porque

lutavam, a duras penas, em campo tão adversos aos interesses populares, pela realização de direitos, desejos e anseios expressados pelos manifestantes.

O insulto e xingamentos, sem distinção, aos políticos profissionais e representantes políticos da sociedade civil talvez revelem um ato de amor à política e uma rejeição ao modo de exercê-la. Não seria uma rejeição às formas de representação política? Não estariam os manifestantes e todo o Brasil dizendo que não se sentiam representados pela Democracia Parlamentar Representativa e pelas formas de luta de organização da sociedade civil?

Precisaria de muito esforço para sentir/saber que a nossa “Democracia” se baseia na compra de votos por dinheiro, empregos e cargos? Alguém desconhece o enorme poder que grupos econômicos exercem no executivo, legislativo e judiciário? Não se tem certeza que vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, presidentes, dirigentes das organizações profissionais e políticas da sociedade civil, proprietários de meios de comunicação não nos representam, mas mandam demais na nossa vida? Eles nos governam e os empresários brasileiros e multinacionais os governam.

Talvez ainda não se consiga analisar que no modelo de Democracia Parlamentar, com mandatos universais, irrevogáveis, camuflados num discurso de Bem Comum, se esconda o processo fundamental da sociedade: parceria, aliança, confronto de interesses semelhantes, diferentes, contrários e contraditórios. São interesses cuja maioria, tenta, com poucos meios, conseguir seus mínimos interesses/direitos/sonhos, enquanto uma minoria, com muitos meios, tenta perpetuar os seus interesses e privilégios. Ainda mais oculta-se a relação necessária dos candidatos com os grupos que financiaram suas campanhas. E por só poderem ser substituídos ou cassados depois de um longo, custoso e penoso processo, os mandatos viram um bom emprego para parentes e amigos.

Assombrada, a presidenta da República anunciou, (corretamente, penso eu), a necessidade da convocação de uma Assembleia Constituinte para uma reforma política. É justamente dessa reforma que quero falar.

Insisto, há certo tempo, que é urgente repensar a concepção de Estado e de Democracia. Estado não é, nem nunca foi, algo fora e acima da sociedade. Estado é uma função permanente: a de gerir os interesses, direitos, anseios dos diferentes grupos da sociedade. E nas sociedades de classe a função estatal garante, fundamentalmente, os interesses dos grupos economicamente fortes que financiaram as campanhas dos partidos e candidatos.

Quando não existiam os mais diferentes grupos econômicos, políticos, profissionais, culturais, religiosos, de gênero, de etnia, de moradia, de geração, de território e quantos mais de muitas ordens, a gestão da sociedade era feita quase só pelo governo, que ficou identificado com o Estado. Será que ainda não está claro que todos esses grupos estão querendo ter o que dizer sobre seus destinos e os destinos da sociedade? Então, por favor, não continuar confundindo governo com Estado. O governo é o braço governamental do Estado que tem outro braço, igualmente ou mais importante do que o governo. É o braço civil do Estado formado pelas organizações da sociedade civil. Em vez, então, de identificar governo com Estado e pensar as organizações da sociedade civil como coadjuvantes, fiscalizadoras ou controladoras do Estado, tente-se definir melhor a função estatal do governo e a função estatal da sociedade civil. E tente-se pensar as organizações da sociedade civil como cogestoras de políticas públicas. É algo bem mais digno e mais verdadeiro do que essas funções subalternas a elas atribuídas. É pena que os diferentes formatos criados pela Constituinte de 1988, (Plenárias, Conferências, Conselhos) foram todos aprisionados nas malhas da Democracia Parlamentar Representativa, que estrebucha, e se tornaram uma brincadeira.

A grande questão atual é a afirmação do poder da sociedade civil em ter o que dizer sobre os destinos da sociedade. Tenho certeza de que as formas tradicionais caducaram. Deus nos livre das estatizações soviéticas e cubanas sob comando do governo e nos salve, ao mesmo tempo, do centralismo monárquico da igreja católica! Deus nos livre das organizações sindicais burocratizadas! E sobretudo nos livremos dos partidos, sem representatividade, criados na marra e na pressa para assegurar poder e fazer chantagem com o governo na busca de cargos.

Novas formas de representatividade e participação devem ser criadas. Não confundir, entretanto, novas formas de discutir e decidir sobre o que interessa com imposição de fôrmas e modelos velhos. Partido, entretanto, entendido como uma concepção de mundo organizada e militante deve existir, já que o senso comum e o querer coletivo devem ser construídos e apurados. Como? Devemos procurar e testar várias outras formas. As redes sociais, no Brasil, na Síria, no Egito, na Grécia, nos Estados Unidos estão dando um grande recado. Preparemo-nos, entretanto. Vem por aí chumbo grosso para controlar a internet. Os grupos econômicos, políticos e culturais dominantes não suportarão tamanha liberdade e poder!

E a reforma política? Nada acontecerá de revolucionário na sociedade se não se contestar a ordem capitalista que transforma em mercadoria e capital as pessoas e todos os outros elementos da natureza. Trata-se de um sistema cujo

objetivo é o lucro e a acumulação do capital conseguidos pela exploração grosseira e refinada de todas as categorias de trabalhadores e dos que viverão da venda da sua força de trabalho. Temos que buscar sair da lógica do capital.

Não adianta em nada aperfeiçoar o sistema eleitoral, mudar o modo de financiamento de campanhas, reestruturar o sistema partidário, se as organizações governamentais e civis não definirem conjuntamente taxa e montante de lucro, taxa de juros, reforma agrária, política ambiental, além de todas políticas públicas ditas sociais. Se, portanto, as organizações da sociedade civil não interferirem na ordem econômica, nada feito, e discursos da democracia se tornam só edificantes e sem eficácia.

Que ingenuidade pensar que o Congresso atual, assegurado e desfrutador, em sua grande maioria, da ordem econômica e política atual, possa e queira fazer uma reforma política mais profunda. Penso que nem remendos mais profundos eles são capazes de fazer. Assistam, por favor, plenárias das câmaras municipais, assembleias estaduais, congresso nacional e sessões do judiciário.

Só uma constituinte convocada para a reforma política e composta por representantes de todos os grupos da sociedade, sem nenhum privilégio aos atuais congressistas, poderia fazer uma reforma política decente. E é até provável que, no ambiente político e psicológico atual, e nós na rua, essa reforma aconteça mais rapidamente do que uma outra vinda do Congresso Nacional ou da Justiça eleitoral.

O público e o privado

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

Instruções Gerais

1. A Revista está estruturada em 4 seções: editorial, artigos, temas livres e resenhas. O Editorial é de responsabilidade do editor e/ou organizador(es). Os Artigos devem ser inéditos, resultado de pesquisas empíricas e/ou de estudos conceituais acerca de assunto da edição temática, relacionado ao campo das políticas públicas. Em Temas livres são reservados assuntos diversos, em sintonia com a linha editorial do Periódico. Resenhas são textos concisos comentando publicações recentes de interesse de O Público e o privado.

2. Enviar à Revista os originais em arquivo eletrônico para o endereço revista@politicassuece.com, formatados em processadores de texto compatíveis com o sistema Windows ou Macintosh, identificando autores (nome completo, titulação), instituições a que pertencem, endereço para correspondência e endereço eletrônico.

3. A aprovação dos textos será efetuada mediante o exame do Conselho Editorial e de pareceristas ad hoc levando-se em conta a adequação à linha editorial da Revista, bem como o conteúdo e relevância das contribuições.

4. Os artigos publicados na Revista devem ser encaminhados com autorização dos respectivos autores, passando, após aprovação, a serem de propriedade da Revista, ficando proibida a reprodução total ou parcial, em qualquer meio de divulgação, sem a autorização prévia deste Periódico.

5. Conceitos e opiniões expressos nos diversos artigos, assim como exatidão, fonte das citações e revisão ortográfica, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

6. Questões éticas relativas a pesquisas com seres humanos, se for o caso, devem ser acompanhadas da informação de autorização do Comitê de Ética, conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (MS) e de acordo com as diretrizes da Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial.

Formato do artigo

1. São aceitos textos em português, espanhol, inglês e francês. Textos em português, espanhol e francês devem apresentar títulos, resumos e palavras-chave na língua original e em inglês. Artigos em inglês devem conter títulos, resumos e palavras-chave na língua original e em português.

2. O artigo deve apresentar no máximo 40.000 caracteres (sem espaço), incluindo notas e referências, digitados em espaço duplo, na fonte Times New Roman, corpo 12, margens de 2,5 cm, em processador Word ou em outro compatível.

3. O texto pode ser estruturado (não obrigatoriamente) observando-se as seguintes partes: Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Conclusões. Tais seções devem apresentar títulos e eventualmente subtítulos.

4. O título do artigo deve dar uma idéia precisa do conteúdo do trabalho e ser o mais curto possível.

5. O Resumo deve ser auto-contido, devendo sumariar objetivos, métodos de pesquisa, orientação teórica, resultados e conclusões do trabalho, não excedendo o tamanho de 1.200 caracteres (sem espaço). O resumo deve ser seguido por uma lista de 2 a 5 palavras-chave, importantes para

Instruções Gerais

1. A Revista está estruturada em 4 seções: editorial, artigos, temas livres e resenhas. O Editorial é de responsabilidade do editor e/ou organizador(es). Os Artigos devem ser inéditos, resultado de pesquisas empíricas e/ou de estudos conceituais acerca de assunto da edição temática, relacionado ao campo das políticas públicas. Em Temas livres são reservados assuntos diversos, em sintonia com a linha editorial do Periódico. Resenhas são textos concisos comentando publicações recentes de interesse de O Público e o privado.

2. Enviar à Revista os originais em arquivo eletrônico para o endereço revista@politicassuece.com, formatados em processadores de texto compatíveis com o sistema Windows ou Macintosh, identificando autores (nome completo, titulação), instituições a que pertencem, endereço para correspondência e endereço eletrônico.

3. A aprovação dos textos será efetuada mediante o exame do Conselho Editorial e de pareceristas ad hoc levando-se em conta a adequação à linha editorial da Revista, bem como o conteúdo e relevância das contribuições.

4. Os artigos publicados na Revista devem ser encaminhados com autorização dos respectivos autores, passando, após aprovação, a serem de propriedade da Revista, ficando proibida a reprodução total ou parcial, em qualquer meio de divulgação, sem a autorização prévia deste Periódico.

5. Conceitos e opiniões expressos nos diversos artigos, assim como exatidão, fonte das citações e revisão ortográfica, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

6. Questões éticas relativas a pesquisas com seres humanos, se for o caso, devem ser acompanhadas da informação de autorização do Comitê de Ética, conforme

a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (MS) e de acordo com as diretrizes da Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial.

Formato do artigo

1. São aceitos textos em português, espanhol, inglês e francês. Textos em português, espanhol e francês devem apresentar títulos, resumos e palavras-chave na língua original e em inglês. Artigos em inglês devem conter títulos, resumos e palavras-chave na língua original e em português.

2. O artigo deve apresentar no máximo 40.000 caracteres (sem espaço), incluindo notas e referências, digitados em espaço duplo, na fonte Times New Roman, corpo 12, margens de 2,5 cm, em processador Word ou em outro compatível.

3. O texto pode ser estruturado (não obrigatoriamente) observando-se as seguintes partes: Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Conclusões. Tais seções devem apresentar títulos e eventualmente subtítulos.

4. O título do artigo deve dar uma idéia precisa do conteúdo do trabalho e ser o mais curto possível.

5. O Resumo deve ser auto-contido, devendo sumariar objetivos, métodos de pesquisa, orientação teórica, resultados e conclusões do trabalho, não excedendo o tamanho de 1.200 caracteres (sem espaço). O resumo deve ser seguido por uma lista de 2 a 5 palavras-chave, importantes para a indexação do artigo. O abstract deve ser uma versão em inglês do resumo em português, com o mesmo limite de tamanho, acompanhado de key words.

6. Devem ser evitadas linhas órfãs (linha única em um parágrafo ou no início ou fim de página). Para ênfase no corpo do texto

deve ser utilizado, preferencialmente, o tipo itálico.

7. As Resenhas devem contemplar informes breves sobre livros publicados nos últimos 2 anos, em no máximo 2.500 caracteres (sem espaço).

Referências Bibliográficas

1.Recomenda-se o sistema autor-ano para citações bibliográficas. As referências, listadas em folha separada ao final do texto, devem ser em ordem alfabética, por autor. Deverão conter nome do(s) autor(es), título, local (cidade) da publicação, editora e data, conforme os exemplos abaixo listados:

1.1. Livro:

FURTADO, Celso. A formação econômica do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

1.2.Coletânea:

CAROSO, Carlos (org.). Cultura, tecnologias em saúde e medicina: perspectiva antropológica. Salvador: EDUFBA, 2008.

1.3. Artigo em coletânea:

POCHMANN, M. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

1.4. Artigo em periódico:

DUARTE, Luiz F. D. Pessoa e dor no Ocidente. Horizontes Antropológicos, Ano 4, n. 9, outubro de 1998.

1.5 Artigo em formato eletrônico:

CARROLL, Lewis. Alice's Adventures in Wonderland [online]. Texinfo ed. 2.1. Dortmund, Germany: WindSpiel, Nov. 1994. [cited 10 February 1995]. Available

from : <http://www.germany.eu.net/books/carroll/alice.html>. ISBN 0681006447.

1.6. Tese acadêmica:

DINIZ, Arthur J. A. Direito internacional público e o estado moderno. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 1975. (Tese de Doutorado).

Outros Elementos do Texto

1. Quadros, gráficos, tabelas, mapas e fotografias devem se integrar ao arquivo do texto, devendo estar em formato eletrônico, devidamente legendados. A legenda deve ser centralizada, numerada e deve conter, se necessário, referência imediata, fonte ou autoria. Aqueles elementos gráficos não incorporados ao texto em formato eletrônico não poderão ser processados e o artigo será devolvido a (os) seu(s) autor(es).

2. As legendas de quadros, gráficos, tabelas, mapas e fotografias devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3. Deve ser inserida uma linha em branco entre o quadro, gráfico, tabela, mapa e fotografia e o texto precedente.

4. Não deve ser deixada uma tabela ou figura sozinha numa página onde ainda há espaço remanescente de pelo menos cinco linhas de texto.

5. Fontes matemáticas ou outras fontes diferentes das utilizadas nos estilos descritos acima deverão ser integradas ao texto e cópias dos arquivos dessas fontes deverão ser fornecidas juntamente com o arquivo do texto original.